

2009 molda a Língua e traz novo país lusófono

O ano de 2009 parece que vai trazer muitas alterações ao espaço lusófono, quer a nível linguístico – aí está o Acordo –; quer a nível político-administrativo (leia-se, novo Estado lusófono com a independência dos Açores… ou será Azores).

A nível linguístico começa logo no dia 1 de Janeiro com a entrada em vigor da nova grafia da língua portuguesa, o Brasil, ao contrário dos restantes signatários do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, vai ser o primeiro país do espaço lusófono a implementar uma Acordo com 18 anos – esperou pela maioria – enquanto a maioria vai implementar aos poucos ou quando politicamente for conveniente.

Esquecem-se que em 2013 todos deverão ter de o aplicar conforme está disposto no Acordo de 1990, mesmo que isso provoque alguns embaraços linguísticos quer na juventude lusófona – que ainda não sabe quando deve utilizar em paralelo as duas formas gráficas –; quer nos académicos - que por natureza são contrários a mudanças que não passem por eles primeiro e que venham dos políticos –; quer a nível de editoras que têm de rever os seus textos sob pena de os olharem com arcaicos, quer, e principalmente, a nível dos leitores e dos ouvintes que mesmo sem acordos celebrados ouvem cada alteração na língua produzida por locutores televisivos que assustam.

Não será estranho, por isso, o director-geral da Editora Melhoramentos, Breno Lerner, em citação reproduzida n ‘O Globo num artigo de 21 de Dezembro passado, afirmar que esta alteração, na prática, não vai ter qualquer impacto junto dos leitores e da população em geral. Até porque, e de acordo com Lerner, este não acredita que “haverá maior circulação de livros entre os países que falam a língua portuguesa, porque só mudou a ortografia, o vocabulário é o mesmo, as regras gramaticais são as mesmas. No Brasil se utiliza o gerúndio, em Portugal não. Afora os ganhos políticos que se terá com essa reforma, não entendo as vantagens dela, só os custos”. E este é o grande problema da literatura técnica no espaço lusófono. Os portugueses não aceitam as traduções brasileiras e os restantes não têm capacidade para pagar os custos de produção portuguesa.

Mas se a nível ortográfico, ou linguístico, é logo no ano de 2009 que vai sofrer alterações, a nível político essas alterações só vão ocorrer em meados de 2009.

De acordo com a lei portuguesa uma qualquer Lei depois de promulgada e ratificada pelo Presidente da República tem um espaço de tempo, a que os juristas chama de “vacatio legis” para que a mesma seja implementada.

Ora, depois de vetos constitucionais e vetos presidenciais, os altos-representantes da Nação Portuguesa deram o direito à Região Autónoma dos Açores a terem a sua própria Constituição e, em face disso, poderem, legitimamente, declarar a sua independência.

Se a nova Lei, uma Lei ordinária, que deveria, naturalmente, estar subjacente e subordinada, como é normal num País normal segundo uma Constituição normal, registre-se, à Constituição da República pode suplantar esta estão lógico será que, naturalmente, a Região Autónoma declare o que, constitucionalmente não seria possível: a sua independência.

E é isso o que os deputados portugueses aprovaram na sua maioria na segunda ou terceira votação. Não o fizeram, desta vez, por unanimidade, porque a cobardia da cúpula de um partido português isso o impediu. Um partido que

sempre que navega em água turvas procura os seus dois sebastiões: o antigo e falecido presidente do partido, creio o primeiro, e aquele que pela primeira vez os conseguiu colocar no pedestal da maioria absoluta sozinhos. E como este ainda está vivo e deu um puxão de orelhas aos seus “colegas”, estes preferiram seguir as ordens da chefia, que foi, não vetem mas não votem…

Os deputados portugueses provaram à sociedade que os elegeram que continuam a seguir as ordens do cartão os lá coloca e não se preocupam em ler o que votam ou assinam. Isso fica para os chefes…

Daí que se em Maio ou Junho, e com o beneplácito dos norte-americanos que há muito querem mandar ainda mais no porta-aviões do atlântico e que se chama Açores – ou será Azores como mostra alguns instrumentos oficiosos açorianos? – não me admiraria que a CPLP – se ainda existir ou persistir – tenha mais um estado-membro de direito; ou será que Washington só admitira a sua presença como membro-observador tal como o Senegal ou a Guiné-Equatorial?

Vai ser um belo 2009, disso não há dúvidas…

Feliz Ano Novo aos leitores do Portugal em Linha

29/Dez/2009

elcalmeida@gmail.com

<http://elcalmeida.net>